

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A GEOGRAFIA

Renan Amabile Boscarol¹
Rodrigo Giraldi Cocco²
Wagner Vinicius Amorim³

RESUMO

As reflexões acerca do desenvolvimento desigual perpassam a história do desenvolvimento do conhecimento científico desde a antiguidade clássica, sendo posteriormente aprimoradas pelo pensamento dialético desde Hegel, adquirindo em Marx um arcabouço dialético-materialista e finalmente com Leon Trotsky, afirmando-se como teoria capaz de explicar o desenvolvimento a partir da combinação de elementos modernos e arcaicos internalizados no seio das formações sociais nacionais. A ciência geográfica acolheu estas reflexões como teoria explicativa, explorando a produção da diferenciação geográfica, seja numa releitura mais enviesada em relação a teoria original, como é o caso de Neil Smith, ou ampliando a base explicativa da teoria, como é o caso de David Harvey.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual, materialismo histórico, Geografia,

UNEVEN DEVELOPMENT THEORY AND GEOGRAPHY

ABSTRACT

The reflections concerning the uneven development span the history of the development of the scientific knowledge since the classic antiquity, being later improved for the dialectic thought since Hegel, acquiring in Marx one dialectic-materialist framework and with Leon Trotsky, finally affirming themselves as theory capable to explain the development from the combination of internalized modern and archaic elements in the midst of the national social formations. Geographic science received these reflections as an explanatory theory, exploring the production of the geographic differentiation, either in a re-lecture more obliqued in relation the original theory, as it is the case of Neil Smith, or extending the explanation base of the theory, as it is the case of David Harvey.

Keywords: Uneven development, historical materialism, Geography.

¹ Universidade Estadual Paulista FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente, aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia (mestrado) e bolsista da CAPES. E-mail para contato: renan_boscariol@yahoo.com.br.

² Universidade Estadual Paulista FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente, aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia (mestrado) e bolsista do CNPq. E-mail para contato: rodrigogiraldi83@yahoo.com.br.

³ Universidade Estadual Paulista FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente, aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia (mestrado) e bolsista do CNPq. E-mail para contato: wagner_g3@yahoo.com.br.

Introdução

Os indícios de que haveria um “desenvolvimento desigual” nas sociedades foram percebidos por Tucídides, já na época clássica grega, na medida em que ele identifica um desenvolvimento díspar entre sua civilização e os chamados “povos bárbaros”. Na era moderna a expressão “desenvolvimento desigual” fora utilizada inúmeras vezes sem, no entanto, ser reconhecida conceitualmente. Hegel fez uso dessa expressão em suas obras sobre história universal e a história da filosofia, até que Marx e Engels principiaram seu uso, enfatizando que inicialmente ocorre desenvolvimento desigual entre os segmentos sociais e na sociedade mesma, havendo inclusive relações desiguais. Na medida em que Marx e Engels expõem que a síntese, fusão ou inserção de um modo de produção no outro geram novas estruturas, a idéia de um desenvolvimento desigual e combinado começa a avançar dentro do materialismo histórico dialético, isto é, sob os auspícios da dialética materialista (COGGIOLA, 2004). Marx escrevera antes da era imperialista, o que o impossibilitara de analisar com maior acuidade esta questão, a qual, por sua vez está intimamente ligada à expansão mundial do capitalismo. Não obstante, podem-se encontrar, em alguns de seus escritos (de Marx), pistas interessantes sobre a maneira pela qual uma forma de produção dominante exerce a sua hegemonia sobre outra (COGGIOLA, 2004).

Impelido pelo contexto histórico e social no qual vivera, foi Trotsky quem conferiu maior profundidade à teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Elaborada ao longo de sua obra, especialmente em *A História da Revolução Russa*, a teoria trouxe grande avanço para explicações não evolucionistas, não-lineares e não eurocêntricas acerca do desenvolvimento, colaborando decisivamente para a explicação dos problemas relativos ao desenvolvimento nos países periféricos de modo concreto. A Teoria de Trotsky avança na medida em que oferece a possibilidade de entender mudanças mais amplas: a de um capitalismo periférico repleto de contradições econômicas e sociais, inserido em um sistema capitalista mundial, a “totalidade concreta” encontrada pelo autor (LÖWY, 1995).

Segundo Smith (1988), as idéias relativas à existência de um desenvolvimento desigual se aprofundam em um sentido mais político, no bojo das lutas entre Stálin e Trotsky, posteriormente sendo criticadas (em muitos casos indevidamente) por diversos autores. No século XX, outros – como, por exemplo, David Harvey – extraíram e

utilizaram diversamente os elementos constituintes da teoria e do método utilizados por Trotsky, mas a não menção à sua origem fizera com que esta fosse, em certa medida, esquecida. (LÖWY, 1995).

Neste contexto, o presente trabalho objetiva uma explicação da teoria e do método utilizado por Trotsky em seu entendimento acerca da realidade da Rússia, generalizada para explicar a situação dos países subdesenvolvidos. Tenciona ainda, comparar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado original, com o “desenvolvimento desigual” de Neil Smith e o “desenvolvimento geográfico desigual” de David Harvey. Passemos então ao entendimento do que vem a ser a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e o contexto no qual (e a partir do qual) esta fora desenvolvida.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky

Como foi enfatizado, Trotsky percebeu a necessidade de explicar a realidade do capitalismo no qual vivera, descortinando as origens do capitalismo russo em comparação com o capitalismo de outros países do centro hegemônico. O capitalismo russo não se desenvolve a partir da manufatura e indústria artesanal, tal como ocorrera com os países precursores da Revolução Industrial. Antes, ele se desenvolve exatamente a partir do próprio jugo exercido pelo centro hegemônico sobre a Rússia e, portanto, de uma origem moderna e estrangeira. Trotsky enfatiza o peso destas duas últimas características para o potencial de liderança revolucionária da classe operária russa, uma vez que estes elementos dominantes modernos conferiam força a esta classe, ao passo que a “burguesia nativa” era incapaz de gestar uma revolução burguesa tal como em 1789 na França, assim, não se apresentava como um empecilho à revolução. (LÖWY, 1995)

As condições em que se organizou a indústria russa, a própria estrutura desta indústria, determinam o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da indústria demonstra por si mesma que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não havia hierarquia intermediária (TROTSKY, 1967 p. 29).

A origem moderna da indústria russa provém de investimentos do capital financeiro inglês e francês, os quais aderiram a um investimento produtivo naquele país

(diferentemente de outros capitais financeiros sem aderência ao setor produtivo), o qual soube aproveitar de modo formidável a alta tecnologia sem precisar passar por todos os estágios que os países capitalistas avançados tiveram que passar. Trata-se, portanto, de “queima de etapas” por parte do capitalismo russo, que por conta disto, figurou como exemplo de pujança e produtividade industrial sem precedentes. Muito do que havia de mais moderno no setor produtivo europeu estava na Rússia. Estatísticas comparativas mostram que no começo do século a porcentagem de operários trabalhando em grandes fábricas (mais de mil empregados) era de 38,5% na Rússia, em comparação com apenas 10% na Alemanha. Em contraste a este vanguardismo, se dava, em outros espaços do território russo, relações retrógradas pré-capitalistas.

Como já dissemos, é precisamente no domínio da economia que *a lei da evolução combinada* se manifesta com maior força. Enquanto que na agricultura camponesa, até a Revolução, em sua maior parte, permanecia quase no mesmo nível do século XVII, a indústria russa, quanto à técnica e sua estrutura capitalista, encontravam-se no mesmo nível que nos países avançados e, mesmo sob alguns aspectos, os ultrapassava (TROTSKY, 1967 p. 28).

Em Trotsky, a *combinação* de traços pré-capitalistas e capitalistas modernos também alicerçaria um processo de *revolução permanente*, ou seja, a combinação de aspectos democráticos, como a derrubada de instâncias opressoras (czarismo, feudalismo) com aspectos socialistas (expropriação do grande capital, fim da propriedade privada), fazia crer que este processo se efetivaria. Esta análise é assim, carregada de significação mais abrangente, tendo reforçado seu caráter teórico e, portanto, universal, já que pode ser aplicável a outras formações sociais periféricas (LÖWY, 1995). Destaca-se ainda o forte conteúdo político encerrado nesta análise. Assim sendo, as combinações tratam de amálgamas, de articulações dos estágios de desenvolvimento das sociedades, ou seja, de seus estágios mais “primitivos” (locais) com seus estágios mais avançados (gerais e dominantes). Estes diferentes estágios se combinam. Daí a proposição de um *desenvolvimento combinado* e que se alicerça sob as combinações enquanto categorias que são.

Atente-se ainda, que está intrínseca a estas combinações de aspectos contraditórios da sociedade, uma desigualdade nos ritmos de desenvolvimento, (já que não há “evolucionismo”) sendo possível “saltar” etapas a partir destes amálgamas (muitas vezes contraditórios). Trata-se deste modo, de uma visão dialética e, portanto,

de um desenvolvimento em ritmos desiguais (das diversas economias e de dentro das economias periféricas, impelidas a dar os “saltos”), a partir de um jugo inicial de uma economia sobre outra, mas que em determinadas circunstâncias e combinações (tipo de capital financeiro, ideologia local do trabalho, superestrutura e demais elementos combinantes, etc.) passa à vanguarda do processo de desenvolvimento (“vantagem do atraso”) rompendo com o jugo que sofrera. Como se sabe, após a revolução de 1917, a então URSS alcançara, sob a égide do proletariado, uma produtividade industrial descomunal tendo em vista que acabara de sair do feudalismo.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que sirva servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado [...]. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias” (TROTSKY, 1967 p.24).

Ocorre deste modo, uma unidade conflituosa no processo de desenvolvimento das economias. Um desenvolvimento alcançado – dialeticamente – a partir de uma contradição inicial: o jugo de uma economia sobre outra, ressaltando-se que a possibilidade de se saltar etapas não é absoluta, pois depende das combinações, das possibilidades culturais e mesmo econômicas prévias. Löwy (1995) estabelece ainda, diferenças nas abordagens de Lênin e Trotsky: Lênin, tratando do desenvolvimento da Rússia a partir de contradições internas de sua agricultura, e Trotsky, abordando o desenvolvimento da Rússia em um contexto do capitalismo em expansão, relacionando este desenvolvimento de modo mais amplo, a investimentos do centro hegemônico. Assim sendo, Lênin, segundo Löwy o desenvolvedor “maior” da categoria da “totalidade” – central para a construção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky – a aplicara de modo diverso, contendo-se a explicar as contradições internas na agricultura russa e seus desdobramentos para o setor industrial – esta era naquele momento uma questão premente para Lênin, o que deixa clara a influência do meio sobre o foco dos teóricos. O desenvolvimento desigual como processo “a parte”, foi examinado por Lênin, com alguns esboços econômicos e geográficos, mas nunca foi desenvolvido plenamente. Todavia, Lênin não esteve em desacordo com Trotsky, ele mesmo (Lênin) apregoa: “uma correta visão de nossa

revolução só é possível de um ponto de vista internacional” (TROTSKY, 1967, p. 1010).

O marxismo de Trotsky, no qual a categoria totalidade figurara de modo central no método, uma totalidade fruto do olhar sobre o concreto, sobre um capitalismo que se expandira de modo “totalizador” sobre o mundo, também enfrentou, devido a suas características, embates com o pensamento dominante no Segundo e Terceiro *Komintern* (marxismo mecanicista ortodoxo) e conseqüentemente, com a crença de Stálin em um “socialismo em um só país”. A própria idéia de uma “revolução permanente” se chocava com o “aborto momentâneo” da revolução proposto pelos stalinistas. Este embate político e a perda final de Trotsky, fez com que seus avanços fossem em certa medida obscurecidos.

Os teóricos da dependência (André Gunder Frank entre outros) se distinguem dos partidários do desenvolvimento desigual e combinado, pela afirmação do caráter exclusivamente capitalista das economias latino-americanas, desde a colonização e do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, isto é, da impossibilidade de superar o jugo metropolitano. Para estes últimos, trata-se mais de um amálgama entre relações de produção desiguais sob a dominação do capital. (LÖWY, 1995, p. 80).

No Brasil são exemplos de estudos que se associam mais nitidamente à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, aqueles desenvolvidos por autores como Ignácio Rangel e Armen Mamigonian, na medida em que levam a cabo a idéia de uma combinação entre elementos atrasados e elementos mais dinâmicos na esfera econômica, no caso do desenvolvimento capitalista do Brasil e, em especial, à época das substituições de importação, na qual conviviam relações que caracterizam um desenvolvimento desigual e nas quais se observava a combinação entre elementos modernos (máquinas importadas, por exemplo), com elementos menos modernos e locais (relações patriarcais entre patrões e empregados, cooptação de sindicatos etc.). Tratemos agora, do método materialista histórico dialético subjacente ao tema em questão.

O método dialético e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado

Abordar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e o método subjacente a ela, faz necessário um entendimento conjunto entre a teoria sobre a qual Trotsky explica o desenvolvimento dos países capitalistas da periferia do sistema e,

igualmente, uma compreensão do próprio método dialético. Buscamos assim, identificar categorias e leis que perfazem o materialismo histórico dialético, nos escritos de Trotsky, o que necessariamente remeterá à explicação do “desenvolvimento”, dos “saltos”, das “contradições” e das “combinações”, além de outras categorias de primeira importância à ossatura de sua obra e que nos dias de hoje ainda norteiam a produção científica mais ampla

Antes de qualquer coisa, cabe destacar que não se trata aqui de resgatar o passado longínquo da formação das diferentes concepções dialéticas, mas identificar a dialética materialista histórica na teoria em questão. Neste caso, é importante destacar que o materialismo dialético chama de matéria o mundo exterior independente da consciência humana (e nesta concepção não há quaisquer outras consciências), assim como não a reduz à substância das coisas, como o faziam os chamados pré-marxistas. Assim sendo, possibilita a análise dos aspectos e laços gerais da realidade objetiva (ainda que o conhecimento científico não seja capaz que conhecê-la em sua plenitude) e externa à consciência (embora a própria consciência seja um produto deste contexto), compondo leis e categorias a partir desta última (CHEPTULIN, 1982). O método dialético é ainda, identificado pelos difusos movimentos de suas categorias, da passagem de uma a outra de modo dinâmico, em contraposição à lógica formal, a qual organiza suas categorias de modo estático e hierarquizado. O “movimento” já principia entre suas categorias básicas, na “organização” delas.

A formação material estudada por Trotsky: a Rússia no contexto capitalista, lida sob a ótica da dialética materialista, nos faz compreender a análise e o prognóstico do autor, o qual atesta que o desenvolvimento só pode provir a partir das contradições essenciais (e não qualquer contradição) e sua superação. Trata-se da unidade e luta dos contrários.

Cheptulin (1982) é preciso, ao afirmar que, apesar da existência de movimentos circulares e regressivos (vinculados à desagregação e falência das formações materiais), a mudança progressiva, isto é, o desenvolvimento, continua sendo universal, pois a capacidade de passar de um estágio inferior a um estágio superior é própria a toda matéria e formação material. O destaque é que, para que isto ocorra, urge necessárias, condições adequadas reunidas. Trata-se, portanto, da necessidade de “combinações” adequadas para que haja desenvolvimento, o que endossa a teoria de Trotsky do desenvolvimento combinado como uma lei universal dentro da dialética

marxista. E nesta combinação há contradição, luta e por fim superação da qualidade anterior.

A passagem das mudanças quantitativas às mudanças qualitativas no processo de desenvolvimento constitui lei fundamental do movimento da matéria. Cheptulin (1982) atesta esse caráter ao expor o exemplo da água, a qual, ao atingir determinada temperatura – em uma escala quantitativa – muda de estado, isto, é de qualidade. À passagem da quantidade para a qualidade se dá a passagem desta nova qualidade a um novo patamar quantitativo, o qual, uma vez superado, até o seu limite, transpõe nova barreira qualitativa. A expressão quantitativa do caso russo, pode ser caracterizada pela agremiação dos trabalhadores nas fábricas e a própria densidade dos meios de produção. Ao chegar ao seu limite, este aspecto quantitativo deflagraria na revolução, isto é, em uma mudança qualitativa.

Na história da sociedade humana, observamos o mesmo processo. A humanidade começou a existir sob uma forma muito simples, a sociedade primitiva, depois conheceu o regime escravagista, que é mais elevado e mais complexo do que o da comunidade primitiva, em seguida, o regime feudal, o regime capitalista e, enfim, o socialista, erguendo-se cada vez a um grau mais elevado, passando a uma forma cada vez mais perfeita de vida social (CHEPTULIN, 1982, p. 167).

Destaca-se ainda, que as mudanças quantitativas constituem processos mais lentos, progressivos e contínuos, enquanto as mudanças qualitativas são mais bruscas e por isso, também denominadas “saltos”. Essa categoria é notável para elucidar as questões relativas ao desenvolvimento desigual e combinado, uma vez que este se caracteriza pela “queima de etapas” por parte dos países subdesenvolvidos.

Há dois tipos de saltos, o primeiro é o salto-ruptura (revolucionário), aquele que se faz brutalmente, que desaloja a antiga qualidade da formação material e faz surgir uma nova essência à matéria, cujo exemplo formidável é o da revolução social armada. O segundo tipo é o salto proveniente da “acumulação gradual dos elementos” da nova qualidade e que se dá dentro do quadro da essência da coisa, não promove uma nova essência, caracterizando-se por uma evolução (dialética). Assim, quando se passa de uma formação sócio-econômica a outra, isto é, do capitalismo ao socialismo trata-se de uma revolução, enquanto que, a passagem do capitalismo pré-monopolista ao monopolista representa uma evolução (CHEPTULIN, 1982). Não obstante, a revolução na natureza difere de alguns processos da vida social, nos quais o “salto” mantém

alguns aspectos anteriores, ou seja, não desaloja totalmente a qualidade anterior. O desenvolvimento combinado perpassa estas idéias, pois a combinação de elementos “superiores” e “inferiores” – os quais caracterizam a evolução combinada – acabam deflagrando em nova qualidade, mas com manutenção de aspectos tanto “inferiores” como “superiores” (no caso russo, elementos do feudalismo e do capitalismo industrial). O curto intervalo de tempo entre o feudalismo e o capitalismo industrial na Rússia marca expressivamente o “salto” que destroçara o primeiro, mas que mantivera dele algumas características antes do advento e do aprofundamento do socialismo de Estado. Mas afinal, que força é capaz de dar movimento ao desenvolvimento e conduzi-lo? As contradições. A “contradição” é a força motriz do movimento ascendente do desenvolvimento e a resolução da contradição essencial, isto é, aquela capaz de modificar decisivamente o desenvolvimento de uma formação material, depende da passagem da formação material em questão para seu seguinte estágio qualitativo.

Neil Smith e a retomada do desenvolvimento desigual e combinado

Neil Smith (1988), para elaborar sua concepção de desenvolvimento desigual, derivado do de Lênin e Trotsky, utiliza o método histórico-dialético para construir o seu raciocínio, estruturando o seu pensamento na forma de processos em pares dialéticos em uma abordagem multiescalar da realidade. Ele começa os estudos sobre o tema após ter realizado pesquisas sobre o processo de gentrificação nos Estados Unidos. Segundo consta no prefácio de seu livro, o autor foi se convencendo de que este era apenas um produto de forças mais universais da sociedade operando em diferentes escalas, qual seja, o *desenvolvimento desigual e combinado*. Ao retomar a discussão acerca do desenvolvimento desigual, Smith o readapta à realidade contemporânea, considerando que:

As distinções entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, entre o primeiro e o terceiro mundos, estão hoje irremediavelmente nubladas e a pobreza dos povos mais pobres torna-se cada vez maior, mais ampla e mais obscena do que as épocas precedentes como testemunham as séries infindas de fomes antropicamente induzidas na África subsaariana. Os destinos das diferentes regiões subnacionais divergem dramaticamente; agora as regiões não são mais necessariamente entidades subnacionais, mas sim produtos diretos do mercado mundial e do sistema de produção (SMITH, 1988, p. 12).

A primeira etapa de seu trabalho compreende uma investigação teórica e filosófica do conceito de natureza, remontando no primeiro capítulo de seu livro, às ideologias de artistas e intelectuais, principalmente dos séculos XIX e XX. O autor destaca que, historicamente, a natureza sempre foi vista de uma forma dual, ou seja, uma natureza exterior e outra interior. À primeira, foi dado o significado de tudo aquilo que não compreendia o mundo humano, ou seja, a natureza “selvagem”, ou “pura”, enquanto que a segunda representaria a natureza humana e subjetiva. Estas formas, bem como suas variações temporais, segundo o autor serviram para justificar os diferentes modos de exploração do homem pela natureza, desde a exploração bruta de madeira até a construção de casas no campo e de veraneio. A esta transformação tanto ideológica quanto física, Smith (1988) designa de produção da natureza. Desta forma, ele principia uma abordagem da natureza através de Marx, considerando-a como um constructo histórico resultante de sua relação com a sociedade, sendo esta última imanente à natureza, pois “A natureza era, para Marx, tanto um elemento da prática humana quanto a totalidade de tudo o que existe” (SCHMIDT apud SMITH, 1988, p. 50).

Um dos desdobramentos desta produção da natureza é a produção do espaço geográfico. Para o autor, a produção do espaço geográfico é uma consequência lógica da produção da natureza, na medida em que este é resultado das relações sociais. Este é entendido como:

[...] a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim, a divisão mundial em mundos subdesenvolvido e desenvolvido, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico como um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor, se olharmos não para as relações espaciais específicas, mas para o espaço geográfico como um todo. (SMITH, 1988, p. 130).

É a partir do processo de produção do espaço enquanto prática específica do capitalismo que Smith (1988) parte para a construção de sua concepção de desenvolvimento desigual. Primeiramente, é necessário dizer aqui que o autor ressalta sua preocupação com o processo e o padrão de desenvolvimento desigual especificamente capitalista. Ele critica os que consideram este processo como “uma lei

universal da história humana”, pois desta forma este ganharia um caráter metafísico, com o seu significado reduzido a um mínimo denominador comum. “É sem dúvida uma marca registrada da ideologia burguesa, universalizar as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista em relações permanentes, naturais. Isso também vale para o desenvolvimento desigual” (1988, p. 150-151).

Desta forma, Smith (1988) não nega a existência da desigualdade em outros modos de produção passados, mas ressalta a diferenciação das razões que produziam a desigualdade no passado e as que produzem o desenvolvimento desigual no capitalismo.

A Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mais do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior. [...] É por isto que preparando-nos para a análise do desenvolvimento desigual, estivemos tão preocupados em precisar uma concepção do espaço (SMITH, 1988, p. 151).

O autor ressalta que a produção do espaço no capitalismo é determinada por duas tendências contraditórias, quais sejam, a de diferenciação e de igualização, estabelecendo o padrão atual de desenvolvimento desigual. Smith (1988) considera a diferenciação espacial como resultado da divisão territorial do trabalho e do capital (baseadas na divisão social do trabalho e do capital, formuladas por Marx). Esta diferenciação ocorreria em diferentes escalas espaciais e seria motivada principalmente pela divisão do trabalho e do capital em diferentes setores particulares (automotivo, construção civil, informática, etc.) e a divisão do capital social entre diferentes capitais individuais (empresas específicas). Por sua vez, a tendência à igualização seria resultante da necessidade do capitalismo de criar condições para a sua reprodução ao redor de todo o mundo, produzindo espaços ótimos para a sua propagação (e de sua classe dominante) em diversas regiões do planeta. Smith (1988) assinala que estes dois processos são contraditórios, mas necessários para a sobrevivência do capitalismo, podendo ocorrer simultaneamente em uma mesma área, gerando concentração/desconcentração, centralização/descentralização de capitais pelas diversas regiões sobre o seu domínio.

Ao longo da abordagem deste autor, fica claro o estabelecimento de diversas relações de pares dialéticos (natureza x sociedade, diferenciação e igualização, produção do espaço geográfico x capitalismo, etc.). No entanto, o pensamento de Smith (1988) possui algumas dissonâncias com relação à teoria de Trotsky, pois ao atacar justamente

o que considerou uma das principais deficiências da teoria deste autor (assim como de Lênin), qual seja, a sua limitação a uma escala geral de análise, Smith (1988) acaba por negligenciar as relações de dominação (centro hegemônico x espaços periféricos), isto é, a questão do desenvolvimento dos países da periferia do sistema capitalista (TROTSKY, 1967), limitando sua abordagem, já que assim reduz uma contradição essencial de âmbito político.

O desenvolvimento geográfico desigual em David Harvey

A proposta de Harvey (2004a, 2004b e 2008) é condizente com as premissas basilares da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, ainda que a categoria “combinação” não apareça claramente e nos termos da antiga formulação trotskista. Assim, ele não nega a teoria, antes, incorpora novos elementos à análise, a qual, na empreitada de ampliar a proposta, traz para a discussão elementos de natureza geográfica, pertinentes ao modo de produção capitalista em sua dinâmica mais atual, qual seja sua fase - a despeito de qualquer controvérsia quanto ao emprego do termo - distintamente denominada de neoliberalismo. Antes, convém acrescentar que a proposta de Harvey (2004, p. 110 e 111), de que as diferenças, mais que processos históricos, são perpetuamente reproduzidas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorreram no passado e que ocorrem no momento presente, agora, cada vez mais aceleradas pela “globalização”, são perversamente potencializadas e apropriadas pelas forças capitalistas em seu próprio benefício.

Assim como Smith (1988), Harvey (2004b e 2008) também concorda que a ideologia burguesa tende a naturalizar e universalizar as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista, bem como o desenvolvimento desigual - ou desenvolvimento geográfico desigual como prefere Harvey - em relações permanentes a partir de um discurso.

Numa escala ampla, a das práticas imperialistas, a exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, ao aproveitarem-se das assimetrias inevitavelmente advindas das relações espaciais monopolistas - não-leais e desiguais - de troca, as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o

próprio poder se tornam ‘altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a discussão política retorna ao panorama. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele. “[...] Em suma, o Estado é a entidade política, o corpo político mais capacitado para orquestrar esses processos.” (HARVEY, 2004b, p. 35).

Assim, ao contrapor a lógica capitalista do imperialismo erigida sob um capital excedente, à lógica territorial, Harvey (2004b) expõe a geografia histórica peculiar da circulação e da acumulação do capital no espaço e no tempo. Evoca para tal empresa o papel da política do Estado (capitalista) e da política do império, que relacionalmente - porém assimetricamente - orquestram esforços no sentido da acumulação do capital. Para Harvey (2004b, p. 81), o Estado burguês, através de suas regras contratuais, de suas instituições de mercados, de seu corpo normativo, e de suas estruturas de regulação tem um papel chave na acumulação original e, ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global.

Harvey (2004b, p. 82 e 83), coloca a questão do desenvolvimento desigual de maneira bem clara ao argumentar que a circulação em geral do capital envolve mudanças de localização, definindo um conjunto de movimentos que ao superarem a fricção imposta pela distância, fazem com que as atividades se agreguem no espaço, resultando disso a divisão territorial e espacial do trabalho. Assim, “[...] a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual mesmo na ausência da diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e de possibilidades [...]”, fatores que acrescentariam seu peso à lógica das diferenciações e especialização espaciais e regionais.

Padrões de comércio, especialização e concentração em indústrias-chave ou com combinações tecnológicas, interligam economias regionais de maneira frouxa na forma de algum todo padronizado de desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004b, p. 89). A relação entre quaisquer que sejam as atividades capitalistas marcadamente assimétricas e determinadas pelo:

[...] padrão de turbulência nas relações entre poderes estatais, supra-estatais e financeiros, de um lado, e a dinâmica mais geral da acumulação do capital (por meio da produção e desvalorização seletivas), do outro, tem provado ser um dos mais salientes, e mais complexos, elementos da narrativa do desenvolvimento geográfico desigual [...] (HARVEY, 2004b, p. 108).

Harvey (2008, p. 125), é esclarecedor ao inovar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado à luz da dinâmica mais atual do capitalismo com novos elementos circunscritos a um plano multiescalar - assim como o fizera Smith (1988). Para o autor, a atuação das forças de classes internas e externas à nação-Estado, a predominância das idéias dominantes e seu poder sobre o encaminhamento da operacionalidade estatal em fases recessivas, a fuga de capitais em momentos de crises, a recusa em se investir e a especulação financeira, ou ainda, a possibilidade de que essas crises sejam deliberadamente arquitetadas para facilitar a acumulação por espoliação, constituem-se na expressão mais nítida do desenvolvimento geográfico desigual, sendo este “[...] um resultado da diversificação, da inovação e da competição (por vezes de tipo monopolista) entre modelos de governança nacionais, regionais e mesmo metropolitanos quanto o foi da imposição por algum poder hegemônico externo, como os Estados Unidos.” (HARVEY, 2008, p. 125).

Em análise atual da dinâmica acumulacionista do capitalismo (2008, p. 103), o autor coloca que o programa neoliberal orquestrado pela política econômica dos EUA, através de órgãos supranacionais como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, Tesouro dos EUA, o Banco Mundial, dentre outros, disseminado em escala mundial pelo que ficou conhecido como Consenso de Washington, tinha por meta primordial:

[...] abrir ao máximo o mundo ao livre fluxo de capitais (ainda que sempre com a cláusula de proteção de “interesses nacionais” essenciais [nesse caso dos epicentros da economia neoliberal]), pois esse era o fundamento da capacidade do poder financeiro norte-americano, bem como europeu e japonês, de extrair tributos do resto do mundo’. (HARVEY, 2008, p. 103) [termo acrescido].

Condições locais e particulares de um lado, e a universalidade dos valores conseguida no mercado mundial, de outro, constituem relações problemáticas, que no plano interno, mediadas por estruturas institucionais relativamente independentes, encontram-se baseadas e viciadas territorialmente de importantes maneiras. “Elas desempenham um papel-chave em determinar onde vão surgir certos tipos de trabalhos concretos e relações de classe, podendo às vezes até mesmo ditar padrões de desenvolvimento geográfico desigual por meio do controle da reunião de capitais e dos fluxos de capital” (HARVEY, 2004a, p. 55). À atuação das forças capitalistas da

sociedade, Harvey (2004, p. 72), assim como Lefebvre, submete a mobilização e o domínio do espaço como força produtiva peculiar a si mesma, protegendo assim continuamente seu poder mediante esse mecanismo, de controlar e de produzir espaço, ou seja, vê o espaço como um momento constitutivo dessa dinâmica.

É assim que para Harvey, o capitalismo não pode sobreviver sem seus “ajustes espaciais”, sem seu recurso à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como em termos de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses, sem seu recurso ao desenvolvimento geográfico desigual e combinado, dispersando geograficamente a produção pelo mundo, ao mesmo tempo em que, centraliza o poder corporativo por meio de fusões, assunções agressivas de controle ou acordos de produção (entre empresas e corporações) que conjuntamente transcendem as fronteiras nacionais, controlam o espaço, tornando os lugares individuais cada vez mais vulneráveis aos seus caprichos (HARVEY, 2004a, p. 92).

Considerações finais

A discussão da teoria do desenvolvimento desigual e combinado a partir do trabalho intelectual dos autores utilizados neste trabalho permitiu a constatação da amplitude evocada pelo uso da teoria, reconhecida como lei em Trotsky, como conceito em Neil Smith, e como teoria em Michael Lowy e em David Harvey, a despeito das diferenças constatadas principalmente entre a concepção de Harvey e Trotsky.

É preciso reconhecer o momento histórico no qual cada concepção fora forjada, resultando em diferenças e similaridades, que permitem uma aproximação no âmbito metodológico, isto é, trata-se de uma mesma base alicerçada no materialismo histórico e dialético, e que extrai para suas análises, elementos contraditórios da realidade objetiva. Também se faz necessário reconhecer o ambiente intelectual e político a que pertenceram e pertencem os autores por trás da teoria, resultando na maior ou menor assimilação dos fundamentos da teoria de Trotsky.

Finalmente, algumas diferenças são marcantes e permitem identificar dissonâncias entre as teorias, como é o caso da categoria “combinação”. Esta é basal em Trotsky, na medida em que é a partir dela que é possível o desenvolvimento de fato, gerando uma formação de qualidade superior, no caso mais específico do desenvolvimento das sociedades.

Já em Harvey, identificou-se a diferenciação geográfica como expressão primeira do desenvolvimento geográfico desigual, que, mesmo na primeira natureza apresenta-se na dotação espacial diferencial de recursos. Mais que processos históricos, desenvolvimento geográfico desigual pressupõe um desenvolvimento diferenciado no âmbito das relações sociais, culturais e socioecológicas pertinentes aos agrupamentos humanos espalhados pelo planeta. Mas, a problemática reside em que, em face da aceleração propulsionada pelas forças da “globalização” contemporânea, a desigualdade é perversamente apropriada pela forças capitalistas em seu proveito. Contudo, fato é que, afora qualquer ideologia do pensamento burguês, há desenvolvimento geográfico desigual, e a questão é encará-lo como catalisador de mudanças positivas na sociedade.

Referências:

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo. Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 42, p. 4-23, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004a.

_____. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004b.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, [s/l], n. 18, p. 73-80, 1995. Disponível em: <http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/lowy-michael.pdf>.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

O OPERÁRIO EM SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: A CIDADE COMO ESPAÇO DA LUTA DE CLASSES.

Amir el Hakim de Paula⁴

RESUMO

⁴ Aluno de Pós-Graduação (Doutorado) no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.